

**4. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO –
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2022:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa a transferências financeiras para a *Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano – Transferências Financeiras*, para o exercício de 2022, conforme proposta anexa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
Gabinete do Presidente

PROPOSTA

Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano
Transferências Financeiras 2022

A Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano foi constituída a 19 de maio de 2010, tendo por objetivo assegurar a base organizativa e operacional para a implementação do Programa Estratégico de Cooperação “Quadrilátero Urbano”. Recentemente procedeu-se a uma alteração de estatutos, tendo-se subscrito com os parceiros um novo “Pacto para a Competitividade e Inovação”.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral da AMFE Quadrilátero Urbano, de 25 de Março de 2021, que aprova o montante relativo às transferências dos municípios, e decorrente da deliberação do Executivo Municipal de 1 de julho de 2010, que aprova os termos das transferências para a Associação, importa agora proceder à autorização das transferências para o exercício de 2022.

Presentemente estão também a ser executadas ações suportadas por candidaturas a fundos comunitários.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- A aprovação de uma transferência mensal no valor de 1.000,00€, referente à comparticipação das despesas de funcionamento da AMFE Quadrilátero Urbano.
- A aprovação de uma transferência de 68.566,00 €, referente à contrapartida nacional do programa/ação em realização: “Cooperative Streets”.

Braga, 6 de Abril de 2022

O Presidente da Câmara Municipal



Ricardo Rio, Dr.

Visão - Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão - Dinamizar o ecossistema inovador e a marca "Quadrilátero" captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

Plano 2022

Plano de ação 2022

Áreas de Atuação		Ação/Atividade	
Organização e gestão	Quadrilátero em rede	Conselho Executivo, Conselho Fiscal, Assembleia Geral Grupo de Trabalho Geral	
		Assuntos correntes (Contabilidade, Impostos, Orçamento, Transferências, etc) Revisão dos Estatutos	
Cidades internacionais		Representação em Bruxelas: UIA, URBACT, European Week of Regions and Cities, etc	
Atração de investimento e internacionalização	Quadrilátero cultural	Cartão Quadrilátero Cultural (acompanhamento; avaliação e encontro de contas; campanhas)	
		Festival Internacional Vaudeville Rendez Vous	
Turismo urbano Mktg territorial Animação cultural	Quadrilátero Turismo	Criação do Observatório de Fluxos Turísticos	
Cidades Inteligentes	Quadrilátero Mobilidade	Bilhética integrada	Acompanhamento e Monitorização; Definição do modelo tarifário; Definição do modelo de gestão. A lançar: Desenvolvimento e licenciamento de software de gestão do sistema; Tecnologia de mobile ticketing; Serviço de alojamento online da informação da gestão e operação do sistema.
Mobilidade Sociedade digital		Sistemas de informação em tempo real	Informação em tempo real associada à gestão do estacionamento em VNF; Informação em tempo real associada à gestão do estacionamento em GMR e Informação em tempo real associada à gestão do tráfego urbano em Braga. A lançar: Sistema de informação em tempo real nos transportes públicos em Guimarães, VNF e Barcelos.
Cidades inovadoras e criativas		Cooperative Streets	O MAP (Minho Access Point) visa dar um contributo regional para os objetivos da Diretiva 2010/40/UE, designadamente no âmbito da gestão integrada da informação dos Serviços de Transporte e Mobilidade no território do Quadrilátero Urbano.
I&DT aplicado às empresas e cidades			
Centros de Excelência			
Sistema local de inovação			
Empreendedorismo tecnológico			

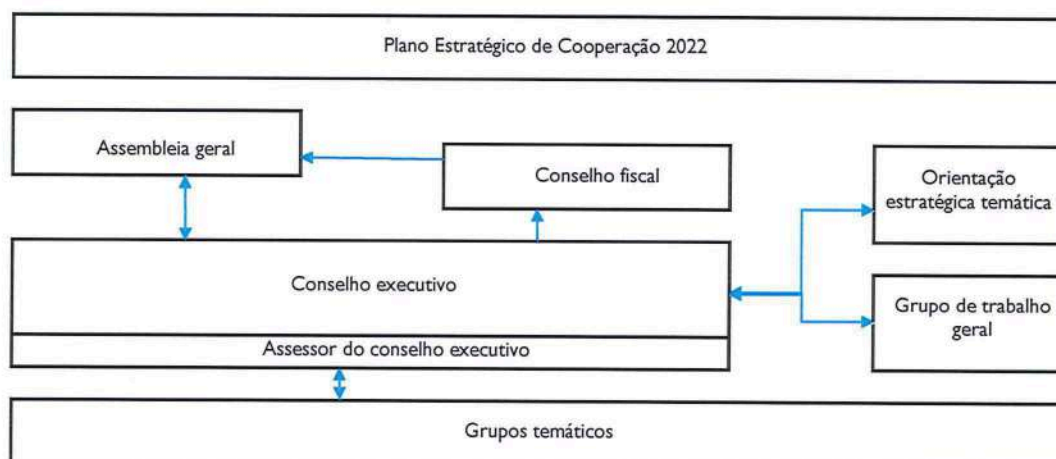
Visão - Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão - Dinamizar o ecossistema inovador e a marca "Quadrilátero" captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

Áreas de Atuação

- **Cidades Internacionais** – atração de investimento e internacionalização (promoção de AEE; internacionalização das empresas locais); turismo urbano; *marketing territorial*; e *animação cultural*;
- **Cidades Inteligentes** – *mobilidade e sociedade digital*;
- **Cidades Inovadoras e Criativas** - *I&DT aplicado às Empresas e Cidades*; Centros de Excelência; Sistema Local de Inovação; e Empreendedorismo Tecnológico

Estrutura Organizativa, mapa de pessoal e orçamento para 2022



A partilha de decisões, presente pela participação ativa de todos nos diferentes grupos temáticos criados, continua a ser crucial, a manutenção de uma metodologia de trabalho em rede continua a permitir o desenvolvimento de competências para a cooperação interinstitucional e a dar origem a um trabalho estruturado e profícuo.

Mapa de pessoal

Designação / Categoria	Número de Postos de Trabalho
Assessor do conselho executivo	1
Total	1

Orçamento - Ver anexo



Visão - Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

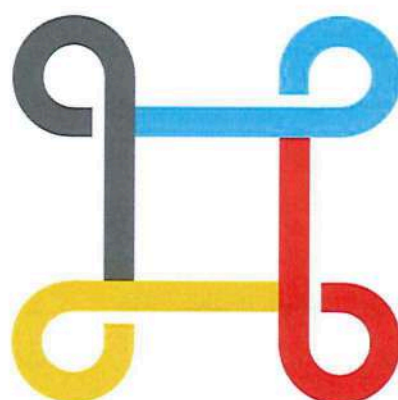
Missão - Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero” captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

Visão

Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais. Para prosseguir a visão enunciada no quadro das áreas de atuação, as entidades signatárias assumem o compromisso mútuo de estabelecer uma Agenda de Ação Comum 2015-2020, como documento de orientação e referência dos principais projetos de cooperação a desenvolver e a candidatar a fundos de financiamento.

Missão

Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero” captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.



QUADRILÁTERO
todos do mesmo lado

BARCELOS
BRAGA
FAMALICÃO
GUIMARÃES

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2021

Conteúdo

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1.Introdução	4
2. Objeto da Entidade.....	4
3.Enquadramento Económico	4
4. Evolução da atividade da associação.....	4
5. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício	5
6. Evolução previsível da atividade.....	5
7.Breve análise da situação Económico-Financeira da Entidade	6
8. Dívidas à administração fiscal e segurança social	6
9.Proposta de aplicação dos resultados.....	6
10. Agradecimentos.....	6
RELATÓRIO DE CONTAS.....	7
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	14
1- Introdução	15
2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	16
3 – Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	23
5 – Fluxos de caixa	24
6 –Ativos fixos tangíveis	24
7 – Subsídios	26
8– Instrumentos financeiros.....	31

RELATÓRIO DE GESTÃO

1.Introdução

Em cumprimento com as disposições dos Artigos 65º e 66º do Código das sociedades comerciais, vem o conselho Executivo da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO, com sede na Praça Municipal, na freguesia da Sé, concelho de Braga apresentar e submeter à apreciação de V. Ex.ª s o Relatório e Contas relativo ao período de 2021.

2. Objeto da Entidade

Visão: Ser o Pólo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Para prosseguir a visão enunciada no quadro das áreas de atuação, as entidades signatárias assumem o compromisso mútuo de estabelecer uma Agenda de Ação Comum 2015-2020, como documento de orientação e referência dos principais projetos de cooperação a desenvolver e a candidatar a fundos de financiamento.

Missão: Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero” captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

Áreas de Atuação:

- **Cidades Internacionais** – atração de investimento e internacionalização (promoção de AEE; internacionalização das empresas locais); turismo urbano; marketing territorial; e animação cultural;
- **Cidades Inteligentes** – mobilidade e sociedade digital;
- **Cidades Inovadoras e Criativas** - I&DT aplicado às Empresas e Cidades; Formação Superior; Sistema Local de Inovação; e Empreendedorismo Tecnológico

3.Enquadramento Económico

A Pandemia Covid- 19 teve um profundo impacto na atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do Mundo. A queda da atividade reflete a redução da procura interna e das exportações.

De acordo com o Banco de Portugal (BdP) a previsão de crescimento do PIB mantém em 4,8% em 2021, projetando um crescimento otimista para 5,8% em 2022.

Relativamente ao desemprego em Portugal espera-se um crescimento gradual do emprego. Projeta-se que a taxa de desemprego atinja 6% em 2021 e se reduza nos anos seguintes, para 5,7% em 2023 e 5,6% em 2024.

Em 2022 será preocupação da direção levar a cabo um bom controlo da estrutura de gastos, manter os padrões de qualidade dos nossos serviços, a atenção dedicada aos nossos parceiros, clientes e a satisfação das suas necessidades de acordo com as nossas possibilidades, serão importantes vetores a merecer o nosso empenho.

4. Evolução da atividade da associação

A entidade obteve em 2021 um resultado líquido nulo.

	2017	2018	2019	2020	2021
Resultado líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Das atividades desenvolvidas e de forma sucinta, realçam-se os seguintes aspetos:

Conselho Executivo realizado não presencialmente a 19 de março

Procedeu-se à Rotatividade da Presidência do Conselho Executivo, decorrente dos estatutos da Associação de Fins Específicos Quadrilátero Urbano, que passa a ser exercida pelo Presidente do Município de Barcelos;

Apresentaram-se, discutiram-se e aprovaram-se por unanimidade, o Relatório e Contas de 2020 e o Plano e Orçamento 2021;

Conselho Fiscal realizado não presencialmente a 23 de março

Apresentaram-se, discutiram-se e aprovaram-se por unanimidade, o Relatório e Contas de 2020 e o Plano e Orçamento 2021.

Assembleia Geral realizada não presencialmente a 26 de março

Apresentaram-se, discutiram-se e aprovaram-se por unanimidade, o Relatório e Contas de 2020 e o Plano e Orçamento 2021.

Conselho Executivo 20 de outubro

Ratificação de propostas 186.2019e 244.2021.

Discussão sobre a necessidade de alteração estatutária.

Conselho Executivo 14 de dezembro

Prémio UM Cidades, categoria Projectos Intermunicipais;

Ponto de situação da Operação Quadrilátero Cultural;

Ponto de situação da candidatura ao POAT;

Alteração dos Estatutos – proposta 248.2021 – Não aprovada;

Formalidades várias;

Ponto de situação das Operações em curso no âmbito da mobilidade.

5. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

6. Evolução previsível da atividade

A análise da evolução da atividade nos primeiros meses de 2022 perspectiva, pelo menos a manutenção da situação verificada no exercício de 2021.

7. Breve análise da situação Económico-Financeira da Entidade

A rentabilidade da entidade situou-se dentro das expectativas para o exercício.

A entidade apresenta um rácio de Autonomia financeira de 0,39% revelando que neste momento a entidade não possui capitais próprios suficientes para cobrir as dívidas de médio e longo prazo.

O rácio de solvabilidade Geral indica-nos a capacidade da entidade em fazer face às suas dívidas. Em 2020, a entidade apresenta um rácio de 0,39%.

8. Dívidas à administração fiscal e segurança social

A entidade não tem qualquer dívida à administração Fiscal, segurança social, nem quaisquer outras entidades públicas.

9. Proposta de aplicação dos resultados

Não aplicável.

10. Agradecimentos

A gerência da entidade aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionem.

Vila Nova de Famalicão, 15 de março de 2022

O presidente do Conselho Executivo.

RELATÓRIO DE CONTAS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este Relatório de Atividades respeita a atividades desenvolvidas durante o período de 2021.

Ao longo do presente documento será descrito pormenorizadamente, todo o trabalho levado a cabo pela Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano.

Candidaturas em execução

Norte2020/PEDU – Operação Bilhética Integrada

Lançados e terminados

- Modelo Institucional
- Modelo Tarifário

Lançados e em execução

- Acompanhamento da implementação da candidatura

Lançados:

- Software plataforma tecnológica + Alojamento online

Norte2020/PEDU – Operação Sistemas de Informação em Tempo Real

Lançados e em execução

- Encaminhamento Parques Estratégicos VNF - 190065
- Estacionamento GMR
- Gestão tráfego urbano de BRG

Lançados:

- Paragens informativas em Guimarães, Famalicão e Barcelos

Norte2020 - Programação Cultural em Rede - Quadrilátero Cultural

Executado

- Dinamização e Execução de Projeto de Comunicação, Divulgação e Mediação com o Público.

Cooperative Streets

Lançados e terminado:

- Definição da Arquitetura do piloto, ao nível da plataforma integradora, dos sistemas legados e das aplicações, das infraestruturas de TI e dos sistemas físicos de mobilidade;
- Avaliação comparativa sobre as opções tecnológicas possíveis para a implementação do Sistema de Bilhética Integrada e caracterização funcional da plataforma MAP – Minho Access Point
- Estudo de Viabilidade Técnico-económica e Modelo de Negócio Associado ao Sistema de Informação Integrado da Mobilidade no Quadrilátero Urbano

Lançados e em execução:

- Estudo e coordenação dos mecanismos harmonizados de interoperabilidade que assegurem a comunicação dos diversos serviços de mobilidade nos formatos normalizados
- Monitorização da ação MAP – Minho Access Point, integrada no Piloto 4 MMTIS (Multimodal Travel Information Services) do projeto europeu Cooperative Streets (Action nº 2018-PT-TM-0099-S), que inclua apoio à gestão, acompanhamento técnico, tecnológico, administrativo e de reporte financeiro

Em fase de preparação para procedimento concursal:

- Plataforma MAP da Operação para todos o MAP (todos os municípios)
- Servidor + UPS + Storage
- Módulo Mobilidade “on demand” / MAAS para 15 operadores
- Módulo Modos Suaves
- Módulo. Outras fontes de informação integrável no NAP
- Módulo Mobilidade Elétrica
- Módulo Monitorização de Transportes Urbanos para 20 operadores
- Módulo Sistema de Gestão de Tráfego para 15 operadores
- Módulo Smart Parking

Balanzo

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO			
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		EUROS	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ACTIVO			
Ativo não corrente	6	9.840,40	13.002,15
Ativos Fixos Tangíveis			
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doares/associados/membros			
Subtotal		9.840,40	13.002,15
Ativo corrente			
Adiantamentos a fornecedores	8.1	2.249.597,45	2.242.301,26
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doares/associados/membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros	5	272.804,29	205.196,35
Caixa e depósitos bancários			
Subtotal		2.522.401,74	2.447.497,61
Total do Ativo		2.532.242,14	2.460.499,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8.2	9.799,87	12.953,47
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Total do capital próprio		9.799,87	12.953,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8.1	170.987,17	129.135,86
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal			
Passivo corrente			
Fornecedores	8.1	170.987,17	129.135,86
Adiantamentos de clientes	8.3	1.691,69	1.645,08
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doares/associados/membros	7/8.4	2.347.350,15	2.314.400,38
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	8.1	2.413,26	2.364,97
Outras contas a pagar			
Outros passivos financeiros			
Subtotal		2.522.442,27	2.447.546,29
Total do passivo		2.522.442,27	2.447.546,29
Total do capital próprio e do passivo		2.532.242,14	2.460.499,76

Vila Nova de Famalicão, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

O Presidente do Conselho Executivo

Demonstração de resultados

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		EUROS	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	689.443,23	558.434,46
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.5	(642.485,60)	(511.873,68)
Fornecimentos e serviços externos		(45.902,25)	(45.907,12)
Gastos com o pessoal	8.6		
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	7/8.7	3.153,60	6.200,68
Outros gastos e perdas	8.8	(874,28)	(518,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		3.334,70	6.336,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(3.161,75)	(6.222,64)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		172,95	113,42
Juros e rendimentos similares obtidos	8.9		
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		172,95	113,42
Imposto sobre o rendimento do período	8.3	(172,95)	(113,42)
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Vila Nova de Famalicão, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

O Presidente do Conselho Executivo

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Anexo

Exercício de 2021

1- Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1.1 – Identificação da entidade

A Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de uma associação de direito privado de natureza associativa e âmbito territorial que visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram e tem por objeto social implementação do Programa Estratégico de cooperação (PEC), bem como a execução do Projeto “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, Inovação e Internacionalização”, com sede na Praça do Município, concelho de Braga. Tem como atividade prosseguir como fins complementares a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental dos territórios urbanos abrangidos; articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participação na gestão de apoio ao desenvolvimento regional; planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supra municipal.



A Associação é composta pelos Municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão e ainda pela Associação Industrial do Minho, pelo Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal e pela Universidade do Minho.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março: e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no §5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3 – Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade da prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, que a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas, tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua

apresentação separada nas demonstrações financeiras, mas podem ser materialmente relevantes, para que sejam discriminadas nas notas deste anexo.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior.

Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2– Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzindo das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimentos.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de Investimento em Desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilização como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidos nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Não aplicável pois a Entidade não possui ativos intangíveis.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar numa perda para o locador ou locatário como resultado de:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

3.2.5 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que se a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.6 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamento, são mensurados ao justo valor, sendo as variações deste reconhecidos por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

A data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas entidades (NCRF-PE).

3.2.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostas por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Não aplicável pois a Entidade não possui financiamentos obtidos.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Impostos sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa ao meio ambiente.”.

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados ao exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutárias, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, s título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 25% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 – Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO		
	2021	2020
Caixa	0,00	181,77
Depósitos à ordem	272.804,29	205.014,58
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos bancários	272.804,29	205.196,35

6 –Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade, se existirem.

As depreciações foram calculadas de acordo com o método da linha reta, perspectiva duodecimal.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e as reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021					
Descrição	Equipamentos				Total
	Básico	Transportes	Administrativos	Outros Ativos	
Quantia escriturada inicial	2.713,92	-	66.284,64	-	68.998,56
Depreciações acumuladas iniciais	2.711,65	-	53.284,76	-	55.996,41
Quantia escriturada líquida inicial	2,27	-	12.999,88	-	13.002,15
Adições	-	-	-	-	-
Total das Adições	-	-	-	-	-
Diminuições	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Depreciações	2,27	-	3.159,48	-	3.161,75
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total das diminuições	2,27	-	3.159,48	-	3.161,75
Quantia escriturada líquida	0,00	-	9.840,40	-	9.840,40

2020					
Descrição	Equipamentos				Total
	Básico	Transportes	Administrativos	Outros Ativos	
Quantia escriturada inicial	2.713,92	-	66.284,64	-	68.998,56
Depreciações acumuladas iniciais	2.695,57	-	47.078,20	-	49.773,77
Quantia escriturada líquida inicial	18,35	-	19.206,44	-	19.224,79
Adições	-	-	-	-	-
Total das Adições	-	-	-	-	-
Diminuições	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Depreciações	16,08	-	6.206,56	-	6.222,64
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total das diminuições	16,08	-	6.206,56	-	6.222,64
Quantia escriturada líquida	2,27	-	12.999,88	-	13.002,15

7 – Subsídios

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis não reembolsáveis são inicialmente contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables ou amortizáveis são imputados numa base sistemática como rendimentos durante a vida útil do ativo, de forma a balancear os gastos de depreciação/amortização.

Os subsídios à exploração são aqueles que se destinam a compensar gastos incorridos na exploração.

Atualmente, a Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero tem subsídios ao investimento e subsídios à exploração no âmbito do Programa Operacional regional do Norte –

ON.2. No âmbito do POSEUR- Programa Operacional sustentabilidade e eficiência no uso de recursos e CEF – Connecting Europe Facility tem subsídios à exploração.

Para além destes, a Associação tem também os subsídios municipais que visam financiar a parte não comparticipada pelo ON.2 , POSEUR e Comissão Europeia.

Em 2013 houve um ajustamento na comparticipação dos subsídios à exploração no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – ON.2 passando dos 80% para 85%. Relativamente à comparticipação dos municípios, como estes financiam a parte não comparticipada pela ON.2 também houve necessidade de ajustar em 5%, isto é, a comparticipação de 20% dos anos passados passa para 15%.

Relativamente ao Programa Operacional sustentabilidade e eficiência no uso de recursos-POSEUR, a comparticipação dos subsídios à exploração é de 75%, sendo a comparticipação dos municípios de 25%.

O programa CEF Call/ Cooperative streets será comparticipado a 50% pela comissão Europeia e 50% pelos municípios.

Existem operações que são executadas diretamente pela Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero e outras que são parcial ou integralmente executadas pelos municípios/outros parceiros. Neste sentido, no ano de 2012 desconsiderou-se as operações executadas diretamente pelos municípios/outros parceiros.

Em Janeiro de 2013 a Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero foi notificada pela CCDRN, comunicando esta que a Operação quadrilátero Digital foi cancelada.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos das contas dos subsídios existentes são os que a seguir se discriminam: **(Ver em Anexo)**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a faturação aos municípios foi de:

Descrição	2021	2020
Faturação aos municípios		
Faturação Municípios	409.847,00	580.199,00
Total	409.847,00	580.199,00

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os subsídios imputados são os que a seguir se discriminam:

Descrição	2021	2020
Subsídios ao investimento	3.153,60	6.201,10
Quadrilátero Mobilidade – Operação 2 (FEDER)	-	1.290,74
Quadrilátero Cultural – Operação 4 (FEDER)	2.680,53	3.979,80
Quadrilátero em Rede – Operação 7 (FEDER)	-	-
Financiamento Investimento – Municípios	473,07	930,56
Subsídios à Exploração	689.443,23	558.434,46
Financiamento Exploração – Municípios	268.032,31	170.930,81
Quadrilátero Mobilidade – Sistema de Informação	221.055,29	188.614,88
Quadrilátero Mobilidade – Bilhética Integrada	18.505,35	136.559,52
Quadrilátero Cultural	61.500,00	-
Quadrilátero Urbano - Adapt4city- (PROSEUR)	10.046,02	40.184,10
Cooperative Streets	110.304,26	22.145,15
TOTAL	692.596,83	564.635,56

A faturação aos municípios apenas é reconhecida como subsídio no momento em que os gastos ocorrem. Neste sentido, nos anos de 2021 e 2020, os cálculos dos subsídios municipais existentes (exploração e investimento) são os que a seguir se discriminam:

Descrição	2021	2020
Gastos de exploração financiados pelo município		
Gastos Operacionais não imputados às operações	268.032,31	170.930,81
Quadrilátero Mobilidade – Sistema de Informação	221.055,29	188.614,88
Gastos relativos ao Quadrilátero Mobilidade – Bilhética Integrada	18.505,35	136.559,52
Quadrilátero Cultural	61.500,00	-
Gastos relativos ao Quadrilátero urbano – Adapt4city	10.046,02	40.184,10
Cooperative Streets	110.304,26	22.145,15
Total	689.443,23	558.434,46

Descrição	2021	2020
Gastos de investimento financiados pelo município		
Gastos relativos ao Quadrilátero Mobilidade – Operação 2	-	228,20
Gastos relativos ao Quadrilátero Cultural – Operação 4	473,07	702,36
Total	473,07	930,56

O valor remanescente encontra-se diferido e será imputado como rendimentos nos períodos em que os gastos ocorrerem e esse valor está representado nos quadros seguintes:

Descrição	2021	2020
Rendimentos a reconhecer de exploração (2821)		
Financiamento Exploração – Municípios	555.558,23	415.125,05
Quadrilátero Urbano - Adapt4city	60.049,58	70.095,60
Quadrilátero Mobilidade – Sistema de Informação	339.568,08	560.623,37
Quadrilátero Mobilidade – Bilhética Integrada	673.028,33	691.533,68
Operação Quadrilátero Cultural	251.046,00	-
Cooperative Streets	468.099,93	577.022,68
Total	2.347.350,15	2.314.400,38

Descrição	2021	2020
Rendimentos a reconhecer de Investimentos (59308)		
Financiamentos Investimento - Municípios	1.469,70	1.942,77
Total	1.469,70	1.942,77

8- Instrumentos financeiros

Políticas Contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

8.1. Clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Clientes/Fornecedores/Pessoal/Outras contas a receber e a pagar apresentava a seguinte decomposição:

	2021		2020	
Descrição	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas
Ativos				
Clientes	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Outras contas a receber	2.249.597,45	-	2.242.301,26	-
Total	2.249.597,45	-	2.242.301,26	-
Passivos				
Fornecedores	170.987,17	-	129.135,86	-
Outras contas a pagar	2.413,26	-	2.364,97	-
Total	173.400,43	-	131.500,83	-
Total líquido	2.076.197,02	-	2.110.800,43	-

8.2. Outras variações nos fundos patrimoniais

As Outras variações nos fundos patrimoniais dizem respeito aos subsídios públicos aprovados e já contratualizados entre a Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano e a Autoridade de Gestão do ON.2. Nesta rubrica, estão também presentes os subsídios ao investimento concedidos pelos municípios (parte dos investimentos não financiados pelo ON.2).

Como referido anteriormente, existem operações que são executadas integral ou parcialmente pelos municípios / outros parceiros das diversas operações aprovadas. Neste sentido, no ano de 2012 desconsiderou-se as operações executadas diretamente pelos municípios / outros parceiros.

Descrição	2021	2020
Subsídios		
Quadrilátero em Rede – Operação 4 (FEDER)	-	11.010,70
Quadrilátero Cultura I– Operação 4	8.330,17	-
Financiamento Investimento – Municípios (Cultural)	1.469,70	1.942,77
TOTAL	9.799,87	12.953,47

8.3. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

	2021			2020		
Estado e outros entes públicos	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	172,95	-	172,95	113,42	-	113,42
Retenção de impostos sobre rendimentos	648,00	-	648,00	661,00	-	661,00
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-	-	-
Contribuições para a segurança social	870,74	-	870,74	870,66	-	870,66
Outros impostos e taxas	-	-	-	-	-	-
Total	-1.691,69		--1.691,69	-1.645,08		--1.645,08

8.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes saldos:

Rubrica	2021		2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativos				
Gastos a reconhecer	-	-	-	-
Passivos				
Rendimentos a reconhecer	-	-	-	-
Financiamento Exploração - Municípios	555.558,23	-	415.125,05	-
Quadrilátero Mobilidade – Sistema de informação	339.568,08	-	560.623,37	-
Quadrilátero Mobilidade – Bilhética Integrada	673.028,33	-	691.533,68	-
Quadrilátero Urbano - Adapt4city	60.049,58	-	70.095,60	-
Operação Quadrilátero Cultural	251.046,00	-	-	-
Cooperative Streets	468.099,93	-	577.022,68	-
Total	2.347.350,15	-	2.314.400,38	-

8.5. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos da entidade resumem-se de acordo com a seguinte discriminação:

Rubrica	2021	2020
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	636.268,62	321.583,02
Materiais	2.658,01	187.856,08
Energia e Flúidos	-	-
Deslocações e Estadas	3.558,97	2.430,67
Serviços Diversos	-	3,91
Total	642.485,60	511.873,68

8.6. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal foram os seguintes:

Rubrica	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Encargos s/ remunerações órgãos sociais	-	-
Outros gastos	-	-
Remunerações do pessoal	37.741,05	37.745,82
Encargos s/ remunerações do pessoal	8.161,20	8.161,30
Outros gastos	-	-
Total	45.902,25	45.907,12

A rubrica “Outros gastos” inclui gastos com medicina no trabalho, formação, seguros de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

Apresentamos seguidamente um quadro com alguma informação adicional sobre os recursos humanos:

Recursos humanos	2021	2020
Número de trabalhadores no final do período	1	1
Número médio de trabalhadores ao longo do período	1	1
Gastos com o pessoal	45.902,25	45.907,12
Gastos médios por trabalhador	45.902,25	45.907,12

8.7. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentavam-se os seguintes montantes referentes aos outros rendimentos e ganhos:

Rubrica	2021	2020
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros	3.153,60	6.200,68
Total	3.153,60	6.200,68

8.8. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentavam-se os seguintes montantes referentes aos outros gastos e perdas:

Rubrica	2021	2020
Impostos	874,28	518,28
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Dívidas Incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Outros	-	-
Total	874,28	518,28

8.9. Gastos e perdas de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentavam-se os seguintes montantes referentes aos gastos e perdas de financiamento:

Rubrica	2021	2020
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	0,00	0,00

9 – Acontecimentos após a data do Balanço

Após a data das Demonstrações Financeiras não ocorreram quaisquer factos que mereçam destaque adicional.

10 – Informações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210º do código contributivo, publicado pela Lei n.º 11/2009, de 16 de setembro, a Gerência informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Vila Nova de Famalicão, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

O Presidente do Concelho Executivo

**Ata N.º 18/2022 da Assembleia Geral da
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Geral desta Associação, estando presentes os seguintes representantes: _____

Vice presidente Domingos Pereira, da Câmara Municipal de Barcelos. _____

Vereadora Mariana Carvalho, da Câmara Municipal de Barcelos. _____

Vereadora Olga Pereira, da Câmara Municipal de Braga. _____

Vereador João Rodrigues, da Câmara Municipal de Braga. _____

Vice-Presidente Adelina Pinto, da Câmara Municipal de Guimarães. _____

Vereadora Sofia Ferreira, da Câmara Municipal de Guimarães. Ausente com justificação. _____

Vereadora Sofia Fernandes, da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. _____

Vereador Augusto Lima, da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. _____

Presidiu à reunião a Vereadora Sofia Fernandes, Presidente em exercício da Assembleia Geral do Quadrilátero, designada para o efeito nos termos e no âmbito do cumprimento dos estatutos, secretariada por Nuno Alexandre Cunha, da Associação Quadrilátero. _____

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

1 - Eleição da mesa da Assembleia Geral. Diz a SECÇÃO II - Da Assembleia-Geral - ARTIGO 13.º - Natureza e Composição no ponto 1, que a Assembleia-Geral é o órgão deliberativo da Quadrilátero e no ponto 2, que a Assembleia-Geral é constituída por oito elementos, sendo que cada um dos Municípios integrantes da Quadrilátero nomeia dois representantes, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Diz o ARTIGO 14.º - Mesa, no ponto 1, que os trabalhos da Assembleia-Geral são dirigidos por uma Mesa, constituída pelo Presidente e dois vogais, sendo um Secretário, a eleger pela Assembleia, por voto secreto, de entre os seus membros. De acordo com os estatutos, realizou-se votação, e elegeram-se por unanimidade a Vereadora Olga Pereira, Presidente da Assembleia Geral, Vereador Augusto Lima e Vereadora Mariana Carvalho para vogais, sendo Augusto Lima, Secretário da Assembleia Geral.-----

2 - Nomeação da Composição do Conselho Fiscal. Segundo os Estatutos, Secção IV - Do Conselho Fiscal - Artigo 22.º - Natureza e Composição - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Quadrilátero e é constituído por um Presidente e dois vogais efetivos os quais, pela natureza das funções, terão preferencialmente habilitações académicas e profissionais adequadas, sendo os mesmos nomeados pelo órgão deliberativo que compõe a Quadrilátero. Também dizem os Estatutos - SECÇÃO II - Da Assembleia-Geral - ARTIGO 13.º - Natureza e Composição - ponto 1 - A Assembleia-Geral é o órgão deliberativo da Quadrilátero. Propõe-se a renomeação dos atuais membros que compõe o Conselho Fiscal, nomeadamente: Dr.º Rui Alves, Dra. Marisa Neto e Dr. António Barroso. Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----



QUADRILÁTERO
Iniciativa de desenvolvimento regional

PROTEÇÃO
TERRA
FAMÍLIA
QUADRILÁTERO

3 – Aprovação do Relatório e Contas de 2021. Proposta AG22.2022. Depois de analisadas as contas de 2021, as quais apresentam resultado zero e tendo em conta os pareceres positivos do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal, a presidente submeteu as mesmas a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação. -----

4 – Aprovação do Plano 2022. Proposta AG23.2022. Depois de avaliado o plano e orçamento para 2022, foi deliberado por unanimidade aprovar o mesmo. -----

Olga Pereira, deu por encerrada a reunião, tendo para constar sido lavrada a presente ata, composta por uma folha escrita numa só lauda, tendo como anexo Relatório e Contas de 2021, Plano 2022 e propostas AG22/2022 e AG23/2022, que vai ser assinada por Olga Pereira na qualidade de Presidente da Assembleia-Geral e por mim, Augusto Lima, que secretariei e lavrei a presente ata. -----

A/O Presidente da Assembleia Geral em exercício,

O Secretário,

(Olga Pereira)

(Augusto Lima)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



Redes Urbanas para a
Competitividade e a
Inovação

Proposta a AG n.º: 23.2022

Data 2022.03.25

Assunto: Aprovação do Plano 2022 | Proposta de transferências para a Associação

Autor: CE

Informação:

O Plano 2022 apresentado pelo Conselho Executivo está de acordo com os estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano e resulta dos custos da estrutura de funcionamento da Associação e das contrapartidas a liquidar fruto da execução das ações/candidaturas em curso.

Propõe-se, conforme Plano 2022, que as transferências município sejam as seguintes:

- Barcelos – 80 566.00 (12 000.00 correntes + 68 566.00 contrapartidas dos programas/ações em realização)
- Braga – 80 566.00 (12 000.00 correntes + 68 566.00 contrapartidas dos programas/ações em realização)
- Famalicão – 80 566.00 (12 000.00 correntes + 68 566.00 contrapartidas dos programas/ações em realização)
- Guimarães – 80 566.00 (12 000.00 correntes + 68 566.00 contrapartidas dos programas/ações em realização)

Proposta de deliberação:

Propõe-se a aprovação do Plano 2022 e a aprovação do montante relativo às transferências municipais.

Conhecimento a: GTG / Equipa de trabalho

A executar por: GTG / Equipa de trabalho

Deliberação: Aprovado

Data: 2022.03.25

A Presidente da Assembleia Geral

(Olga Pereira)

Proposta a AG n.º: 22.2022

Data 2022.03.25

Assunto: Aprovação do Relatório e Contas 2021

Autor: CE

Informação

Elaborado o Relatório e Contas 2021, foi o mesmo apreciado favoravelmente pelo Conselho Executivo e pelo Conselho Fiscal.

Nos termos dos estatutos, cabe à Assembleia Geral a respetiva aprovação.

Proposta de deliberação.

Propõe-se a aprovação do Relatório e Contas de 2021.

Conhecimento a: GTG / Equipa de trabalho

A executar por: GTG / Equipa de trabalho

Deliberação: Aprovado

Data: 2022.03.25

A Presidente da Assembleia Geral

(Olga Pereira)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



Redes Urbanas para a
Competitividade e a
Inovação